

LEI MUNICIPAL No. 154/92, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1992.

*Art. 55. Declaração de Inconstitucionalidade da
Alínea "b" do inciso I, do
Art. 55. Declaração de Inconstitucionalidade da
Alínea "b" do inciso I, do
Art. 55. Declaração de Inconstitucionalidade da
Alínea "b" do inciso I, do*

Dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social aos Servidores Públicos do Município de Novo Hamburgo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 59 da Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. - Fica criado o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo - IPASEM, constituindo-se em órgão de administração indireta do Município, com personalidade jurídica de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, com sede e foro na cidade de Novo Hamburgo.

Art. 2º. - O Instituto tem por objetivo primordial a realização das operações de seguridade social aos servidores públicos e seus dependentes, do Município e fundações, no campo previdenciário e assistencial, nos termos desta Lei.

TÍTULO II

Da Administração

Art. 3º - O Instituto será administrado basicamente pelos seguintes órgãos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

I - Conselho Deliberativo;

II - Diretoria Executiva; e

III - Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Compete ao Conselho Deliberativo elaborar o Regimento Interno dos órgãos de administração do Instituto, sendo o Regulamento Geral da entidade fixado por Decreto do Poder Executivo, mediante proposta desse Conselho.

CAPÍTULO I

Do Conselho Deliberativo

Art. 4º - O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação máxima do Instituto e tem poderes para a formulação de suas políticas e diretrizes, fixação de prioridades e elaboração de âmbito de atuação da entidade, sendo detentor de mandato legal para decidir sobre todas as matérias relativas aos objetivos e fins do Instituto, inclusive para tomar resoluções que forem julgadas convenientes à defesa de seus interesses e de seu desenvolvimento, em conformidade com a lei.

Parágrafo 1º - O Conselho Deliberativo é órgão colegiado composto de 09 (nove) membros, sendo:

I - 04 (quatro) membros representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito Municipal dentre servidores estatutários efetivos do Quadro Permanente do Município;

II - 05 (cinco) membros representantes dos servidores públicos municipais, indicados por entidade classista dos municipais dentre servidores estatutários efetivos do Quadro Permanente do Município;

Parágrafo 2º - Compete ao Prefeito Municipal nomear e dar posse aos membros do Conselho Deliberativo, assim como ao seu Presidente.

Parágrafo 3º - Os Conselheiros serão indicados ao Prefeito dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da solicitação escrita para a respectiva nomeação e posse no Conselho.

Parágrafo 4º - Os Conselheiros exercerão mandato individual de 03 (três) anos, admitida a recondução por igual período, sendo entretanto, anualmente, renovado 1/3 (um terço) de seus membros, segundo os procedimentos antes enun-

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ciados.

Parágrafo 5º - O exercício do cargo de Conselheiro será remunerado mediante gratificação fixada em lei, vedada qualquer outra vantagem, direito ou benefício adicional, a qualquer título ou de que natureza for, a qual será auferida enquanto perdurar o respectivo mandato, não refletindo ou se incorporando em sua remuneração para qualquer efeito.

Parágrafo 6º - Ocorrendo vaga no Conselho Deliberativo, assumirá para completar o mandato, o respectivo substituto, nomeado e empossado segundo a correspondente representação e aos procedimentos antes elencados.

Parágrafo 7º - Por solicitação da entidade classista dos municipais, um ou mais de seus representantes no Conselho poderão ser exonerados pelo Prefeito, que nessa hipótese empossará os respectivos substitutos, segundo os procedimentos retro enunciados.

Art. 5º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Formular as políticas e diretrizes, fixar as prioridades e elaborar planos, programas e ações, nas áreas de seguridade social inerentes aos objetivos e fins do Instituto;

II - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade quanto ao desenvolvimento, incremento e ampliação das ações afetas às áreas de seguridade social inseridas no âmbito de atuação da entidade;

III - Aprovar as propostas orçamentárias e deliberar sobre as destinações das receitas, recursos e demais rendas auferidas pelo Instituto, nos termos desta Lei;

IV - Aprovar as estruturas organizacional e funcional da entidade, bem assim seus serviços próprios;

V - Aprovar as normas e demais procedimentos de controle e avaliação das ações afetas ao Instituto;

VI - Autorizar a celebração de contratos, consórcios e convênios com órgãos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, bem assim com entidades privadas, nas áreas de seguridade social;

VII - Zelar pelo patrimônio do Instituto, pelos seus objetivos e pelo cumprimento desta Lei e demais preceitos legais pertinentes aplicáveis;

VIII - Fiscalizar a execução e aprovar semestralmente os planos de investimentos e atividades da entidade;

IX - Elaborar o Regimento Interno dos órgãos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

administração do Instituto e propor seu Regulamento Geral;

X - Nomear e destituir a qualquer tempo, individual ou coletivamente, os Diretores do Instituto;

XI - Fiscalizar a gestão dos Diretores em todos os assuntos e matérias de interesse da entidade, examinando livros, documentos, papéis, solicitando informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração, ou outros elementos e esclarecimentos necessários ou julgados convenientes, a qualquer tempo;

XII - Autorizar planos de investimentos e de aplicações financeiras;

XIII - Autorizar a prática de atos, bem assim assinatura de documentos públicos ou privados, inclusive títulos cambiais e cambiariformes, que impliquem na assunção de responsabilidades ou isentem terceiros de obrigações assumidas perante o Instituto, a concessão de avais, cauções, fianças e outras garantias mobiliárias em favor de terceiros;

XIV - Autorizar a alienação ou a aquisição de bens do ou para o ativo patrimonial do Instituto, bem como direitos a eles relativos, para tanto considerados, inclusive aqueles bens que não compõem o ativo imobilizado da entidade;

XV - Autorizar a prestação de garantias de natureza imobiliária e/ou real, em favor de terceiros;

XVI - Levantar balanços extraordinários ou intercalares a qualquer tempo;

XVII - Autorizar a constituição de procuradores, exceto quando para fins judiciais; e

XVIII - Supervisionar todas as demais atividades do Instituto, manifestar-se sobre relatórios da Diretoria Executiva e pareceres do Conselho Fiscal, assim como exercer e praticar todos os demais atos inerentes ao âmbito de suas atribuições, naquilo que se fizer necessário e/ou recomendável.

Art. 6º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á na sede do Instituto, ordinariamente pelo menos a cada mês, e, extraordinariamente, a qualquer tempo e sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou de quatro membros, ou por solicitação da Diretoria Executiva, com antecedência de 03 (três) dias, mediante aviso escrito, dispensando-se a convocação e seu prazo, entretanto, quando o órgão reunir-se com a presença da totalidade de seus membros.

Parágrafo 1º - Para que a reunião possa ser instalada e validamente deliberar, será necessária a presença de pelo menos 06 (seis) Conselheiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parágrafo 2º - Todas as deliberações do Conselho serão tomadas pelos votos favoráveis de 2/3 (dois terços) de seus membros, exercendo seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - Se assim achar necessário ou conveniente, o Conselho Deliberativo poderá convocar qualquer membro da Diretoria Executiva para suas reuniões, ou mesmo solicitar a presença de terceiros, os quais, entretanto, não terão direito ao voto.

CAPÍTULO II

Da Diretoria Executiva

Art. 7º - A Diretoria Executiva, órgão de administração executiva e representação legal do Instituto, é composta de 03 (três) membros, designados, respectivamente, Diretor de Administração, Diretor de Previdência e Diretor de Assistência, nomeados e destituíveis a qualquer tempo, individual ou coletivamente, pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria Executiva é de 02 (dois) anos, admitida a recondução por iguais períodos.

Parágrafo 2º - Os Diretores perceberão remuneração fixada em lei, que estabelecerá os demais direitos, vantagens ou benefícios pertinentes.

Parágrafo 3º - Ocorrendo vaga na Diretoria Executiva, assumirá o respectivo substituto, para completar o mandato, nomeado segundo as disposições acima.

Parágrafo 4º - Não mais que 01 (um) membro do Conselho Deliberativo poderá integrar a Diretoria Executiva.

Parágrafo 5º - O Diretor de Administração deverá ser escolhido, preferentemente, dentre servidores estatutários efetivos, pertencente ao Quadro Permanente do Município.

Art. 8º - A Diretoria Executiva compete a administração executiva e a representação legal do Instituto, sendo investida para tanto, em todos os poderes legais necessários à prática dos atos normais de gestão da entidade, visando realizar seus fins e objetivos, e, ainda, praticar aqueles atos para os quais venha a ser prévia e expressamente autorizada pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1º - Caberá ao Diretor de Administração, sempre em conjunto com um ou mais Diretores, a representação legal do Instituto, ativa e passiva, judicial e extra-



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

judicialmente, com observância do quanto segue:

I - A entidade considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) pelo Diretor de Administração, conjuntamente com um ou mais Diretores;
- b) pelos Diretores de Previdência e de Assistência, conjuntamente com um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiver;
- c) singularmente pelo Diretor de Administração para endosso de cheques em favor de instituições bancárias, para depósitos a crédito de conta do Instituto;
- d) singularmente pelo Diretor de Administração para receber citações e para representação perante o Judiciário nas questões ajuizadas pelo ou contra o Instituto, exceto para dar e receber quitação, e para transigir, quando então prevaleará o que dispõe as alíneas "a" e "b" anteriores.

II - No ato de constituição de procuradores, a entidade será necessariamente representada pelo Diretor de Administração conjuntamente com um ou mais Diretores, e, salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela entidade terão prazo de vigência de no máximo 12 (doze) meses da respectiva outorga, se outro prazo inferior não for estabelecido, o qual, em qualquer caso, deverá constar obrigatoriamente do respectivo instrumento de mandato;

III - Todo e qualquer mandato outorgado, salvo quando para fins judiciais, dependerá de prévia autorização do Conselho Deliberativo, que fixará a respectiva forma e condições de exercício, sendo entretanto, dispensado esse requisito, sempre que a procuração constar ou decorrer de contrato aprovado pelo referido órgão;

IV - Todo procurador está obrigado à prestação de contas, nos termos da lei.

Art. 9º - São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes em relação ao Instituto, os atos de quaisquer Conselheiros, Diretores ou procuradores, que envolverem a entidade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos seus fins e objetivos, ou realizados em desacordo com os preceitos legais, tais como, ilustrativamente, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garan



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

tias de favor, beneficiando terceiros, ainda que membros dos órgãos de administração do Instituto, ou exemplificativamente, alienação ou aquisição de bens sem observância das prescrições legais aplicáveis à espécie, dentre outras hipóteses.

Parágrafo único - Cabe à Diretoria Executiva a obrigação precípua de, correta e honestamente, de boa fé, fazer valer, através das cautelas adequadas, as disposições emergentes desta Lei e demais normas regulamentadoras, bem como as deliberações emanadas do Conselho Deliberativo, ficando previamente estabelecida a nulidade de quaisquer atos, operações e demais obrigações que descumprirem as disposições legais e regulamentos pertinentes, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos perante a entidade.

Art. 10 - Respeitadas as competências e restrições retro enunciadas, cabe ao Diretor de Administração:

I - Representar a entidade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, conjuntamente com um ou mais Diretores;

II - Gerir e dirigir todas as atividades administrativas da entidade;

III - Gerir os recursos econômicos e financeiros do Instituto, e responder pela escrituração contábil;

IV - Supervisionar as atividades dos demais Diretores, com eles colaborando na gestão das respectivas atribuições;

V - Zelar pelo cumprimento desta Lei, de atos regulamentares, e das deliberações do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1º - Compete a cada um dos demais Diretores, no exercício das respectivas áreas de atuação e atribuições previdenciárias e assistenciais:

I - Desincumbir-se das funções e atribuições cominadas, pertinentes às áreas de atuação correspondentes;

II - Colaborar com Diretor de Administração na gestão e supervisão das atividades e interesses do Instituto;

III - Cumprir os atos regulamentares e as deliberações do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 2º - Compete a Diretoria Executiva:

I - Elaborar seu regimento interno, e, depois de homologado pelo Conselho Deliberativo, pô-lo em execução e zelar por sua observância;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II - Executar as deliberações do Conselho Deliberativo;

III - Executar em sua plenitude as normas e padrões na elaboração e controle dos orçamentos e balanços da entidade, cumprindo fielmente, no que couber e ajustadas as respectivas peculiaridades, todos os preceitos emergentes da legislação que rege a contabilidade pública, e demais disposições legais, aplicáveis à espécie;

IV - Emitir relatórios resumidos de execução orçamentária, submetendo-os a cada bimestre ao Conselho Deliberativo;

V - Emitir relatórios detalhados de execução orçamentária, submetendo-os a cada semestre ao Conselho Deliberativo acompanhados de pareceres do Conselho Fiscal, e das notas explicativas dos auditores e atuários externos independentes;

VI - Apresentar os relatórios e demonstrativos dos resultados gerais do exercício e proposta orçamentária para o subsequente, submetidos anualmente e nos prazos legais, ao Conselho Deliberativo, acompanhados de pareceres do Conselho Fiscal e das notas explicativas dos auditores e atuários externos independentes;

VII - Gerir, controlar, dispor e fiscalizar o quadro de servidores da entidade;

VIII - Cumprir e observar as competências comina das ao Conselho Deliberativo, especialmente aquelas elencadas pelos dispositivos antecedentes, bem assim as demais normas regulamentares instituídas pelo referido órgão e em lei;

IX - Prestar contas das atividades do Instituto ao Tribunal de Contas do Estado, através do Poder Executivo do Município, nos prazos legais, ouvidos previamente o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal da entidade.

Art. 11 - A Diretoria Executiva reunir-se-á na sede do Instituto, ordinariamente pelo menos a cada semana, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Diretor de Administração ou por solicitação de qualquer de seus Diretores, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, mediante aviso escrito, dispensando-se, entretanto, a convocação e seu prazo, quando o órgão reunir-se com a presença de todos os seus membros.

Parágrafo 1º - Para que a reunião possa ser instalada e validamente deliberar, será necessária a presença de pelo menos 02 (dois) Diretores.

Parágrafo 2º - Todas as deliberações da Direto



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ria Executiva serão tomadas pelos votos favoráveis da maioria de seus membros.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria Executiva, suas decisões e demais deliberações, serão registradas no Livro de Atas do órgão, e assinadas pelos presentes, no qual lavrar-se-ão, igualmente, os termos de posse dos Diretores.

CAPÍTULO III

Do Conselho Fiscal

Art. 12 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização interna do Instituto, e composto de 03 (três) membros, sendo:

I - 01 (um) membro representante do Poder Executivo Municipal;

II - 01 (um) membro representante da entidade classista dos municipais; e

III - 01 (um) membro indicado pelo Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo 1º - Compete ao Prefeito Municipal nomear e dar posse aos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - Todos os Conselheiros acima elencados serão respectivamente indicados ao Prefeito dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação para nomeação e posse no Conselho.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho exercerão mandato de 01 (um) ano, admitida a recondução por iguais períodos.

Parágrafo 4º - A indicação dos membros do Conselho recairá, obrigatoriamente, em pessoas diplomadas em cursos de técnico-contábil e/ou de nível universitário nas áreas de ciências contábeis, econômicas ou jurídicas.

Parágrafo 5º - O exercício do cargo de Conselheiro será remunerado mediante gratificação fixada em lei, observando-se no pertinente, tudo o quanto é aplicado aos membros do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 6º - Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, assumirá para completar o mandato, o respectivo substituto, nomeado e empossado segundo os procedimentos acima elencados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 13 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar os atos dos Diretores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e regulamentares;

II - Opinar sobre os orçamentos e balanços do Instituto, fazendo constar de pareceres as informações complementares que forem julgadas necessárias ou recomendáveis às deliberações do Conselho Deliberativo;

III - Manifestar-se sobre os relatórios exarados pela Diretoria Executiva;

IV - Examinar todas as contas, escrituração, documentos, registros contábeis e demais papéis do Instituto, suas operações e demais atos praticados pela Diretoria Executiva;

V - Examinar os resultados gerais do exercício e proposta orçamentária para o subsequente, sobre eles emitindo pareceres;

VI - Praticar todos os demais atos de fiscalização que forem julgados necessários ou recomendáveis, para o fiel desempenho de suas atribuições e competências.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal terá funcionamento permanente, reunindo-se ordinariamente a cada mês, e, extraordinariamente, sempre que solicitado pelos demais órgãos da entidade, aplicando-se, no pertinente, as disposições regedoras das reuniões do Conselho Deliberativo no que couber.

TÍTULO III

Da Gestão Econômica e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Investimentos

Art. 14 - O Instituto, para atender ao cumprimento de suas obrigações, empregará as suas disponibilidades segundo planos sistemáticos organizados por sua Administração, asseguradas as normas pertinentes a tais operações, fixadas pelo órgão Atuarial da Autarquia, as quais terão em vista:

- a) a segurança quanto a recuperação do valor nominal do capital investido, bem como a percepção regular de capitalização atuarial prevista para as aplicações em renda fixa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- b) a minimização dos riscos de investimentos obedecendo o princípio da dispersibilidade das aplicações, segundo aspectos qualitativos e quantitativos;
- c) a manutenção do valor real, em poder aquisitivo, das aplicações realizadas com essa finalidade;
- d) obtenção do máximo de rendimento compatível com a segurança e o grau de liquidez indispensável nas aplicações das reservas, de modo a compensar as operações de caráter social;
- e) a predominância do critério da utilidade social, satisfeita no conjunto das aplicações, a rentabilidade atuarial mínima prevista para o equilíbrio econômico e financeiro da Instituição.

Art. 15 - As aplicações previstas no artigo anterior consistirão nas seguintes operações:

- a) aquisição de títulos da dívida pública;
- b) aquisição de ações de empresas estatais ou de estabelecimentos financeiros vinculados ao poder público;
- c) inversão em imóveis e bens móveis duráveis destinados aos fins indicados nesta Lei ou para obtenção de renda;
- d) operações em bolsas;
- e) depósitos em estabelecimentos de crédito, de preferência oficiais;
- f) investimentos de caráter eminentemente lucrativo;
- g) outras operações de caráter financeiro observado, em qualquer hipótese, nas inversões financeiras, o disposto no artigo 87.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CAPÍTULO II

Da Contabilidade

Art. 16 - O exercício financeiro do Instituto coincidirá com o ano civil e a contabilidade obedecerá as normas gerais de contabilidade adotadas pelo Município.

Parágrafo único - A contabilidade do Instituto evidenciará destacadamente a:

- I - receita e despesa de previdência;
- II - receita e despesa de assistência à saúde;
- III - receita e despesa de administração; e
- IV - receita e despesa de investimento.

Art. 17 - O Plano de contas e o processo de escrituração serão estabelecidos pela Diretoria Executiva da Autarquia, ouvido o Conselho Deliberativo e com parecer favorável do titular da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 18 - O balanço geral, com a apuração do resultado do exercício, com pareceres da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo deverá ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado, através da Secretaria Municipal da Fazenda, que exercerá nos assuntos econômico-financeiros, supervisão normativa.

TÍTULO IV

Das Operações de Seguridade Social

CAPÍTULO I

Dos Segurados

Art. 19 - Os segurados do Instituto são obrigatórios ou facultativos.

Parágrafo 1º. - São segurados obrigatórios da entidade todos os servidores públicos do Município, suas autarquias e fundações, que, na qualidade de servidores estatutários no Serviço Público Municipal, se encontrem submetidos ao regime jurídico único instituído pela Lei Municipal nº 181/91, de 20 de dezembro de 1991, em conformidade com as



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

disposições dos artigos 39 à 41 da Constituição Federal, e em consonância com o Estatuto do Servidor Público do Município.

Parágrafo 2o. - Relativamente aos servidores detentores exclusivamente de cargos e funções temporárias, cargos em comissão e funções de confiança, são eles segurados tão somente para os efeitos do Plano Assistencial de Saúde, após a 10ª (décima) contribuição, não se lhes aplicando, inclusive quanto aos seus dependentes e beneficiários, quaisquer outras prestações, tais como aposentadoria e pensão por morte, ou demais benefícios previdenciários previstos na presente Lei.

Parágrafo 3o - São segurados facultativos os servidores públicos municipais regidos pela Lei Municipal nº 28/53 de 04 de abril de 1953, exclusivamente para os efeitos do Plano Assistencial básico de Saúde, não se lhes aplicando, inclusive quanto aos seus dependentes e beneficiários, quaisquer outras prestações ou benefícios previdenciários previstos na presente Lei.

Art. 20 - A obrigatoriedade de filiação ao Instituto independe do exercício de outra atividade vinculada ao regime da Previdência Social da União ou ao regime estatutário da União, do Estado ou de Município, decorrente de atividade liberal, autônoma, ou de acumulação legal.

Art. 21 - Perde a qualidade de segurado do Instituto aquele que, por qualquer forma, perder a condição de servidor público municipal, a partir da data em que se verificar esse evento.

Parágrafo único - A perda da qualidade de servidor público municipal importa em caducidade dos seus direitos e de seus dependentes e beneficiários, inerentes ao regime de previdência municipal contemplados nesta Lei, sem direito a qualquer restituição das contribuições pagas, ou perdas e danos, sendo ininvocável o direito adquirido.

Art. 22 - O servidor que por qualquer motivo previsto em lei, sem perda de sua condição de servidor público, interromper o exercício de suas atividades funcionais sem direito a remuneração, será obrigado a comunicar o fato, por escrito, ao Instituto, no prazo de 30 (trinta) dias do afastamento e do retorno, sob pena de suspensão do exercício de seus direitos previdenciários, enquanto persistir a irregularidade.

Parágrafo 1o - Durante o prazo de licença não remunerada ou afastamento sem ônus, consoante a lei, o servidor e seus dependentes ou beneficiários, não terão direito a



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

quaisquer dos benefícios assegurados pela Entidade, salvo se mantiver o recolhimento das contribuições que lhe são afetas.

Parágrafo 2º - Na hipótese prevista no artigo, o servidor, para manter a qualidade de segurado, deverá também proceder, por iniciativa própria, o recolhimento das contribuições a que estiver sujeito, sob pena de responder aos procedimentos quanto à exigibilidade dessas prestações.

Parágrafo 3º - Sempre que, nos casos acima enunciados, o servidor mantiver o regular recolhimento das contribuições que lhe competem, o Município, suas autarquias e fundações, ficam obrigados ao correspondente recolhimento, das respectivas contribuições.

?

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

Art. 23 - São beneficiários do Sistema de Seguridade Social, através do Instituto, os segurados e, na qualidade de beneficiários destes, seus dependentes diretos ou designados e os pensionistas.

Art. 24 - São beneficiários do segurado, nas condições e limites desta Lei:

I - O cônjuge ou ex-cônjuge, os filhos de qualquer condição, solteiros e menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos;

II - a companheira ou o companheiro:

a) para fins de assistência à saúde, comprovado ter com o segurado vida em comum, nos termos do disposto nos parágrafos 4º e 5º deste artigo;

b) para fins de pensão, comprovado ter havido com o segurado vida em comum durante, no mínimo, 5 (cinco) anos, imediatamente anteriores à data do óbito;

III - inexistindo os beneficiários referidos nos incisos anteriores, poderão ser designados:

a) a mãe, o pai e, substitutivamente, a madrasta e o padrasto, desde que



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

não tenham meios próprios de subsistência e dependam economicamente do segurado;

- b) os irmãos menores de 18 (dezoito) anos, ou inválidos, desde que não tenham meios próprios de subsistência e dependam economicamente do segurado.

Parágrafo 1o. - Inexistindo os beneficiários mencionados nos incisos deste artigo, poderão ser designados pelo segurado, e desde que não possuam meios suficientes para sustento próprio:

- a) menor de 18 (dezoito) anos sob sua guarda, por decisão judicial; e
- b) menor de 18 (dezoito) anos sob sua tutela legal.

Parágrafo 2o. - Equiparam-se aos filhos, para todos os efeitos desta lei, os enteados.

Parágrafo 3o. - Os beneficiários enumerados no item I deste artigo são preferenciais e a seu favor se presume a dependência econômica; os demais comprová-la-ão na forma desta lei, sendo que a dependência por invalidez ou incapacidade, só será considerada mediante laudo expedido por junta médica credenciada pelo Instituto.

Parágrafo 4o. - A condição de companheira ou companheiro, para os efeitos desta Lei, será comprovada pelos seguintes elementos, num mínimo de 3 (três), conjuntamente: domicílio comum, conta bancária conjunta, inclusão como dependente na Declaração do Imposto de Renda, inscrição como dependente em associação de qualquer natureza, outorga de procuração ou prestação de garantia real ou fidejussória de um para o outro, encargos domésticos evidentes, ou qualquer outra prova judicialmente constituída.

Parágrafo 5o. - A existência de filho em comum entre a companheira ou companheiro e o segurado, ou a prova de casamento pelo rito religioso, suprirá todas as condições e prazos previstos neste artigo, desde que à data do óbito do segurado, persistam a vida em comum e a dependência econômica, embora não exclusiva, devidamente comprovadas.

Art. 25 - Não será considerado beneficiário o cônjuge desquitado, separado judicialmente ou divorciado, que não perceba pensão alimentícia, bem como o que se encontra na situação prevista no artigo 234 do Código Civil Brasileiro, desde que comprovada judicialmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parágrafo único - O cônjuge ausente, mesmo não excluído expressamente pelos interessados, somente terá direito à pensão a partir da data da habilitação e da comprovação da dependência econômica, embora não exclusiva, em relação ao segurado.

Art. 26 - Na falta de beneficiários enumerados no artigo 24, o segurado não poderá designar outros beneficiários.

Art. 27 - A condição de invalidez, para os efeitos desta lei, deverá ser comprovada periodicamente a critério do Instituto.

Art. 28 - A pensão devida a beneficiário incapaz para os atos da vida civil em virtude de alienação mental ou surdo-mudez, devidamente comprovada em laudo médico emitido por Junta Médica credenciada pelo Instituto, será paga somente a curador ou pessoa especificamente designada por alvará judicial; na hipótese de não estar ainda o beneficiário submetido a curatela, a pensão será paga, a título precário, durante 3 (três) meses consecutivos no máximo, ao cônjuge sobrevivente, ou, na falta deste, à pessoa legalmente habilitada à curatela, na ordem anunciada no Código Civil Brasileiro, art. 454, mediante termo de compromisso lavrado no ato do recebimento.

Art. 29 - Nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão paga pelo Instituto, salvo os filhos de ambos os genitores segurados.

Art. 30 - Por morte do segurado a pensão será deferida aos beneficiários enumerados no artigo 24, e rateada nos termos e condições estabelecidas na Seção III do Capítulo V deste Título.

Art. 31 - Por morte presumida do segurado, que será declarada pela autoridade judiciária competente, será concedida uma pensão provisória, na forma estabelecida nesta lei para a pensão normal.

Parágrafo 1o. - Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus beneficiários farão jus à pensão provisória, independentemente da declaração e do prazo previsto neste artigo.

Parágrafo 2o. - Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

desobrigados os beneficiários, à reposição das quantias já recebidas.

Art. 32 - A perda da qualidade de beneficiário do segurado ou a perda do direito ao benefício da pensão, ocorrerá:

- I - para o cônjuge ou ex-cônjuge, nas hipóteses previstas no artigo 25 desta lei;
- II - para a companheira ou companheiro, mediante solicitação do segurado, com prova de cessação da qualidade de beneficiário, ou se desaparecerem as condições inerentes a essa qualidade;
- III - para a pessoa designada, se cancelada a designação pelo segurado, pelo implemento de idade, ou se desaparecerem as condições inerentes à qualidade de beneficiária;
- IV - para os filhos ou pessoas a eles equiparadas, pelo implemento de idade ou cessação das condições inerentes à qualidade de beneficiários;
- V - para o beneficiário inválido, pela cessação da invalidez;
- VI - para os beneficiários em geral:
 - a) pelo falecimento;
 - b) pela cessação das condições inerentes à qualidade de beneficiários.

CAPÍTULO III

Da Vinculação, Do Salário-de-Contribuição e do Salário-de-Benefício

SEÇÃO I

Da Inscrição e da Declaração de Dependência Econômica

Art. 33 - A inscrição do segurado obrigatório é automática e será procedida pelo Município, suas Autarquias e Fundações, a partir do respectivo ato de posse, condiciona-



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

da ao efetivo exercício do cargo, nos termos da Lei, devendo a do segurado facultativo ser providenciada pelo interessado, atendidas as condições retro.

Art. 34 - O segurado é obrigado a prestar Declaração de Família e de Dependência Econômica de seus beneficiários, bem como suas supervenientes alterações.

Parágrafo Único - Falecendo o segurado sem que tenha sido feita Declaração de Família e Dependência Econômica, caberá aos interessados fazê-la.

SEÇÃO II

Do Salário-de-Contribuição

Art. 35 - Entende-se por Salário-de-Contribuição para os efeitos desta Lei:

- I - A remuneração, como tal definida no artigo 67 da Lei Municipal nº 181/91 de 20 de dezembro de 1991, paga ou creditada ao segurado ativo, excluídas as vantagens de caráter indenizatório e as de auxílio pecuniário;
- II - Os proventos mensais de aposentadoria, pagos ou creditados ao segurado inativo, inclusive a gratificação natalina;
- III - O benefício mensal da Pensão por Morte de segurado, paga ou creditada à pensionista, inclusive a gratificação natalina; e
- IV - O benefício mensal de Auxílio Doença e de Auxílio Acidente pago ou creditado a segurado.

Parágrafo Único - Em caso de acumulação de cargo, o Salário-de-Contribuição será constituído pelo total pago ou creditado, observadas as prescrições deste artigo.

SEÇÃO III

Do Salário-de-Benefício

Art. 36 - Entende-se por Salário-de-Benefício para os efeitos desta Lei:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- I - O vencimento básico do servidor ativo, como tal definido no inciso II do artigo 66 da Lei Municipal nº 181/91 de 20 de dezembro de 1991;
- II - os proventos mensais da aposentadoria do segurado inativo.

CAPÍTULO IV

Das Prestações Previdenciárias e Assistenciais

Art. 37 - As prestações asseguradas pelo Instituto a seus segurados e respectivos beneficiários consistem em benefícios e serviços.

Parágrafo 1º. - Benefício é a prestação pecuniária exigível pelo segurado e seus beneficiários, segundo os termos desta Lei e seu Regulamento.

Parágrafo 2º. - Serviço é a prestação assistencial, não pecuniária, posta a disposição do segurado e seus beneficiários segundo os termos desta Lei e seu Regulamento.

CAPÍTULO V

Das Prestações Específicas

Art. 38 - O Instituto prestará, na forma desta Lei e das regulamentações respectivas:

A) BENEFÍCIOS:

I - ao segurado:

- a) aposentadoria;
- b) auxílio natalidade;
- c) auxílio doença.

II - aos beneficiários:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio funeral.

B) SERVIÇOS: ao segurado, seus dependentes e pensionistas, assistência básica à



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

saúde.

C) OUTRAS PRESTAÇÕES: prestações e serviços que venham a ser criados em Lei.

Parágrafo 1o. - A instituição de outros benefícios ou serviços previstos neste artigo, ou alteração dos existentes, só poderão ocorrer desde que seja promovida a respectiva fonte de custeio, com base em cálculos e avaliações atuariais.

Parágrafo 2o. - Os benefícios e serviços referidos neste artigo não poderão ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, salvo determinação judicial de caráter alimentar, sendo nula de pleno direito, a sua venda ou cessão, a constituição de quaisquer ônus sobre os mesmos, bem como a outorga de procuração com poderes irrevogáveis ou em causa própria, para a sua percepção.

Parágrafo 3o. - Qualquer importância dispendida pelo Instituto indevidamente, deverá ser restituída pelo beneficiado responsável pelo desembolso, acrescida de juros moratórios, multas, atualização monetária e encargos, sem prejuízo de outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

SEÇÃO I

Da Aposentadoria

Art. 39 - A aposentadoria consiste numa renda mensal pagável ao próprio segurado nos limites e condições estabelecidas nesta Lei, de valor não superior ao do Salário-de-Benefício correspondente.

Art. 40 - O Servidor será aposentado:

- I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;
- II - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- III - voluntariamente:
 - a) aos 35 (trinta e cinco) anos de ser-



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

viço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

- b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;
- c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo 1º - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, bem assim disporá sobre a aposentadoria em cargos ou funções temporárias, cargos em comissão e funções de confiança, na conformidade de norma federal.

Parágrafo 2º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 41 - A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 42 - A aposentadoria voluntária ou por invalidez, vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato concessivo.

Art. 43 - Ao servidor aposentado será pago, no mês de dezembro, o 13º (décimo terceiro) provento de valor equivalente ao provento desse mês.

Art. 44 - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parágrafo único - São também contados como tempo de serviço:

- I - o tempo de serviço público prestado a órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e demais casos de cedência;
- II - a licença para atividade política, na hipótese enunciada pelo artigo 128 da Lei Municipal nº 181/91 de 20 de dezembro de 1991;
- III - a licença para desempenho de mandato classista;
- IV - o tempo em disponibilidade remunerada;
- V - o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social, consoante o disposto na legislação federal pertinente.

SUBSEÇÃO I

Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 45 - A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

Parágrafo 1º - A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo do IPASEM, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

Parágrafo 2º - Na hipótese de aposentadoria por doença de segregação compulsória, deverá ser apresentada a notificação da autoridade sanitária competente, contendo os elementos de identificação pessoal do segurado e os dados clínicos necessários, conforme previsto nas instruções específicas de Perícia Médica.

Parágrafo 3º - A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se na Entidade não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 46 - A aposentadoria por invalidez consiste numa renda mensal de valor igual ao do salário-de-benefício do segurado quando concedida em decorrência de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificada em lei, e de valor proporcional nos demais casos.

Parágrafo 1º - O Salário-de-Benefício referido no artigo é o vigente na data da concessão do benefício.

Parágrafo 2º - A aposentadoria por invalidez será devida a contar data indicada no ato concessório.

Art. 47 - O aposentado por invalidez, enquanto não completar 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico periódico a cargo do Instituto e a processo de reabilitação profissional por ele prescrito e custeado nos limites dos recursos locais disponíveis, com tratamento dispensado gratuitamente.

Art. 48 - O aposentado por invalidez, que se julgar apto a retornar à atividade, poderá solicitar a realização de nova avaliação médico-pericial.

Parágrafo Único - Se a Perícia Médica do Instituto concluir pela recuperação da capacidade laborativa a aposentadoria cessará, observado o disposto no art. 50.

Art. 49 - O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade pública ou privada, terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

Art. 50 - Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, excetuando-se a situação prevista no art. 49, serão observadas as normas seguintes:

I - quando a recuperação for total e ocorrer dentro de 5 (cinco) anos contados da data do início da aposentadoria por invalidez, o benefício cessará:

a) de imediato, para o segurado que tiver direito a retornar à função que desempenhava no município ao se aposentar, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pelo Instituto; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- b) após tantos meses quantos forem os anos de duração da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados.

II - quando a recuperação for parcial ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

- a) pelo seu valor integral, durante os primeiros 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;
- b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses; e
- c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento) também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.

Art. 51 - O segurado que retornar à atividade poderá requerer, a qualquer tempo, novo benefício, tendo este processamento normal.

SUBSEÇÃO II

Da Aposentadoria Compulsória

Art. 52 - A aposentadoria compulsória será devida ao segurado que completar 70 (setenta) anos de idade, consistindo numa renda mensal de valor proporcional ao tempo de serviço e calculada com base no salário-de-benefício do segurado, vigente na data da sua concessão.

SUBSEÇÃO III

Da Aposentadoria Voluntária

Art. 53 - A aposentadoria voluntária consiste numa renda mensal vitalícia, sendo:

I - de valor igual ao do salário-de-benefício:

- a) para o segurado que completar 35



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou 30 (trinta), se mulher;

- b) aos 30 (trinta) anos de efetivo e efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco), se professora.

II - de valor proporcional ao tempo de serviço:

- a) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher;
- b) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher.

Art. 54 - A aposentadoria voluntária é devida a contar da data indicada no respectivo ato concessório.

Art. 55 - Entende-se como de efetivo exercício em funções de magistério:

I - a atividade exercida pelo professor em estabelecimento regular de ensino de 1º e 2º graus, ou de ensino superior, bem como em cursos de formação profissional, nas seguintes condições:

a) como docentes, a qualquer título;

Adquirido a Inconstitucionalidade →

b) em funções de administração, planejamento, orientação, supervisão ou outras específicas inerentes às atribuições dos especialistas em educação;

II - incluem-se como de efetivo exercício nas funções de magistério as seguintes atividades dos professores, desenvolvidas nas universidades e nos estabelecimentos regulares de ensino superior:

a) as pertinentes ao sistema indissociável de ensino, pesquisa, em nível de graduação ou mais elevado, para fins de transmissão e ampliação do saber;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- b) as inerentes à funções de direção de escolas.

Parágrafo único - A comprovação da condição de professor far-se-á através:

- a) de habilitação específica de magistério com comprovação do respectivo diploma registrado nos órgãos competentes federais e estaduais;
- b) de qualquer outro documento que comprove a habilitação para o exercício do magistério, na forma da legislação federal.

Art. 56 - A prova de tempo de serviço é feita através de documentos que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados, devendo esses documentos ser contemporâneos dos fatos a comprovar e mencionar as datas de início e término.

Art. 57 - Servem para a prova prevista no artigo anterior certidões fornecidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ou por órgão público federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal.

SEÇÃO II

Do Auxílio Natalidade

Art. 58 - O auxílio natalidade consiste em uma quantia fixa a ser paga de uma só vez à segurada gestante ou ao segurado pelo parto de sua esposa ou de sua companheira não segurada, destinada a auxiliar nas despesas resultantes do nascimento do filho.

Art. 59 - O auxílio natalidade será único por filho, embora corresponda a pais que estejam, ambos, inscritos no Instituto, ou à segurada que acumule cargos.

Art. 60 - A auxílio natalidade será devido a partir do penúltimo mês de gestação e até 3 (três) meses contados da data do nascimento, sob pena de preempção.

Art. 61 - O auxílio natalidade terá valor correspondente ao Valor Referencial de Vencimento - VRV, como



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

tal definido pela Lei Municipal nº 182/91 de 20 de dezembro de 1991.

SEÇÃO III

Da Pensão por Morte

Art. 62 - Por morte do segurado, seus beneficiários terão direito a Pensão mensal, sob o título de Pensão por Morte, calculada na forma do artigo 63 e seus parágrafos, devida a partir da data do óbito.

Parágrafo 1º. - Com base no valor da Pensão por Morte do mês de dezembro de cada ano, será paga aos pensionistas, nesse mesmo mês, uma 13ª (décima terceira) pensão.

Parágrafo 2º. - A gratificação a que se refere o parágrafo anterior terá, no primeiro ano da concessão, o seu valor proporcional ao número de meses contados da data do direito à percepção da primeira parcela da pensão mensal, até o mês de dezembro.

Art. 63 - O valor base de cálculo da Pensão por Morte corresponderá à totalidade do Salário-de-Benefício do servidor na data do seu falecimento, sendo revisto, na mesma proporção e na mesma data, sempre que ocorrerem modificações nas vantagens dos servidores da mesma categoria funcional, inclusive em decorrência de transformações ou reclassificações de cargos ou funções.

Parágrafo 1º. - As parcelas que integrarão, na época o Salário-de-Benefício, serão aquelas que comprovam a totalidade de vencimentos ou proventos na data do óbito.

Parágrafo 2º. - O valor da Pensão por Morte será correspondente a 70% (setenta por cento) do Salário-de-Benefício do segurado falecido.

Parágrafo 3º. - O total do benefício por morte será rateado entre os dependentes do servidor falecido, na forma do artigo 64 e seus incisos.

Parágrafo 4º. - Para os efeitos de cálculos e pagamentos da Pensão por Morte, serão consideradas apenas os dependentes habilitados, independentemente da existência de outros que não hajam comparecido ao processo de habilitação.

Parágrafo 5º. - A habilitação do dependente, qualifica-o como pensionista.

Parágrafo 6º. - Encerrado o processo de habi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

litação com a concessão da Pensão por Morte aos dependentes habilitados, qualquer inclusão ulterior somente produzirá efeitos a partir da data em que for requerida.

Art. 64 - Por morte do segurado a pensão será deferida aos beneficiários, da seguinte forma:

- I - Cônjuge e filhos: metade ao cônjuge e a outra metade aos filhos, em partes iguais;
- II - só filhos: a totalidade, em partes iguais;
- III - só cônjuge: a totalidade;
- IV - só companheira ou companheiro: a totalidade;
- V - companheira ou companheiro e filhos: metade à companheira ou companheiro e a outra metade aos filhos, em partes iguais;
- VI - cônjuge ou ex-cônjuge beneficiário de alimentos e companheiro ou companheira: em partes iguais;
- VII - cônjuge ou ex-cônjuge beneficiário de alimentos, companheira ou companheiro e filhos: metade ao cônjuge ou ex-cônjuge e companheira ou companheiro, em partes iguais, e a outra metade aos filhos, em partes iguais;
- VIII - só pais ou padrastos: a ambos em partes iguais; no caso de existir só um deles, a totalidade;
- IX - pais ou padrastos e irmãos: metade em partes iguais para os pais, e a outra metade aos irmãos, em partes iguais;
- X - só irmãos: a totalidade, em partes iguais; e
- XI - só menor sob guarda ou tutela: a totalidade.

Art. 65 - A condição legal de beneficiário, para efeitos de percepção da Pensão por Morte, será verifica-



LEI MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

da na data do óbito do segurado.

Parágrafo 1º. - A incapacidade, a invalidez ou alteração de condições supervenientes à morte do segurado não darão origem a qualquer direito a pensão.

Parágrafo 2º. - A cobertura, para o benefício da pensão, se dará a partir do dia do efetivo exercício do funcionário.

Art. 66 - O direito a habilitação ao benefício da Pensão por Morte não está sujeito a prescrição ou a decadência, prescrevendo, todavia, as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas.

Art. 67 - Extingue-se a Pensão por morte quando o último beneficiário que a ela fizer jus perder essa condição, por uma das causas indicadas no artigo 32.

Parágrafo único - A decadência da qualidade de beneficiário da pensão por morte importa na reversão da respectiva quota parte para os demais beneficiários remanescentes.

SEÇÃO IV

Do Auxílio Funeral

Art. 68 - Os beneficiários do segurado falecido receberão, a título de Auxílio Funeral, uma quantia correspondente a 1 (uma) vez o Valor de Referência de Vencimentos, como tal definido na Lei Municipal nº 182/91 de 20 de dezembro de 1991.

Art. 69 - Se as despesas funerárias houverem sido efetuadas por terceiro, este será ressarcido, na forma do Regulamento, até o limite das respectivas despesas comprovadas, respeitado o valor máximo estabelecido pelo Regulamento.

SEÇÃO V

Do Auxílio-doença

Art. 70 - O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de 30 (trinta) dias, por qualquer que seja a causa, por mais de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

secutivos, a contar do 16º (décimo sexto) dia inclusive, da incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

Parágrafo 1º - Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar à entidade já portador de doença ou lesão invocada como causa para a percepção do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Parágrafo 2º - A concessão do auxílio-doença depende da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da entidade, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

Parágrafo 3º - O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para readaptação e exercício de uma atividade funcional compatível, na forma da lei, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade, ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

Parágrafo 4º - Não será devido auxílio-doença à segurada que se encontrar em Licença Gestante.

Art. 71 - O auxílio-doença do segurado que exercer mais de uma atividade no município será devido mesmo no caso de incapacidade apenas para o exercício de uma delas, devendo a perícia-médica ser conhecedora das demais atividades.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o auxílio-doença será concedido em relação à atividade para a qual o segurado estiver incapacitado e, se a incapacitação for definitiva, deverá o auxílio ser mantido indefinidamente, não cabendo sua transformação em aposentadoria por invalidez, enquanto essa incapacidade não se estender às demais atividades.

Art. 72 - O segurado em gozo de auxílio-doença, enquanto não completar 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, será obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico periódico a cargo do Instituto e a processo de reabilitação profissional por ele prescrito e cugteado nos limites dos recursos locais disponíveis, com tratamento dispensado gratuitamente.

Art. 73 - O auxílio-doença consiste numa renda mensal proporcional ao número de dias em que o segurado estiver no gozo do benefício dentro do mês, e de valor correspon-



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

dente a 1/30 (um trinta avos) do seu salário-de-benefício, para cada dia de percepção da renda, a contar do 16º (décimo sexto) inclusive.

SEÇÃO VI

Da Assistência à Saúde

Art. 74 - A assistência básica à saúde consiste na cobertura de despesas decorrentes de atendimentos médico-hospitalares e odontológicos, e compreenderá a prestação de serviços de natureza clínica, cirúrgica e farmacêutica aos segurados do Instituto, seus dependentes e beneficiários, na forma que vier a ser estabelecida em Regulamento, guardada proporção aos recursos do Fundo de Assistência à Saúde e condicionadas às disponibilidades de recursos técnicos próprios e/ou de terceiros.

Parágrafo único - Visando a preservação dos objetivos do sistema, no Regulamento do Plano de Assistência à Saúde deverão constar, explicitamente, os limites e as exclusões de coberturas.

Art. 75 - Os recursos para assistência à saúde provirão do fundo de que trata o artigo 89, com co-participação financeira dos usuários.

Parágrafo único - A co-participação financeira dos usuários far-se-á mediante aporte de recursos por parte destes, aos prestadores dos serviços, obedecendo o escalonamento abaixo:

-----	*-----*
CO-PARTICIPAÇÃO FAIXAS DE GANHOS EM VRV	
(%) (Valor Referencial de Vencimentos)	
-----	*-----*
5 acima de 1,5 até 2,5	
-----	*-----*
10 acima de 2,5 até 4,0	
-----	*-----*
15 acima de 4,0 até 6,0	
-----	*-----*
20 acima de 6,0	
-----	*-----*

7 Art. 76 - Os serviços previstos no artigo 74 serão prestados aos segurados, dependentes destes e pensionistas, a partir da primeira contribuição, ressalvada a hipótese preconizada no parágrafo 2º. do artigo 19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 77 - O Instituto prestará assistência à saúde, preferencialmente através de convênios com entidades públicas ou privadas, de âmbito municipal, estadual ou federal.

Art. 78 - O Instituto buscará estabelecer com outras entidades congêneres, forma de atendimento recíproco a seus beneficiários, bem como a formalização de um Sistema Nacional de Previdência e Assistência.

SUBSEÇÃO I

Da Assistência Médica

Art. 79 - Integram a Assistência Médica do IPASEM as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, em consonância com suas respectivas normas, incluindo os atos diagnósticos e terapêuticos, clínicos ou cirúrgicos pertinentes.

Art. 80 - A Assistência Médica constará dos seguintes segmentos assistenciais:

- I - Atendimentos em consultório, compreendendo as consultas médicas e os procedimentos em consultório;
- II - Serviços complementares, que incluem todos os procedimentos com finalidade diagnóstica ou terapêutica, executados por profissionais ou entidades credenciados, tanto em consultório, como em ambulatório ou em regime de internação hospitalar;
- III - Tratamento ambulatorial, representado por todo procedimento clínico ou cirúrgico, terapêutico ou diagnóstico, realizado em entidade hospitalar credenciada e quando executado sem o regime de internação hospitalar;
- IV - Tratamento hospitalar, incluindo todo procedimento, clínico ou cirúrgico, terapêutico ou diagnóstico, procedido sob o regime de internação hospitalar; e
- V - Atendimento de pronto socorro, entendidos como sendo os casos clínicos agudos, ou mesmo crônicos agudizados e os casos cirúrgicos ou traumatológicos agudos.



SUBSEÇÃO II

Da Assistência Odontológica

Art. 81 - A Assistência Odontológica consistirá nos atos e procedimentos, clínicos ou cirúrgicos, necessários ao diagnóstico e/ou tratamento e destinados à manutenção da saúde bucal e à preservação dos elementos dentários.

Art. 82 - A Assistência Odontológica abrangerá os seguintes segmentos assistenciais:

- I - Diagnóstico, compreendendo os exames clínicos e os exames radiológicos;
- II - Prevenção, compreendendo os procedimentos e os atos necessários à profilaxia da cárie dentária, como a remoção de tártaro, a aplicação tópica de flúor, a orientação sobre higiene bucal, orientação sobre alimentação e técnicas de escovação;
- III - Dentística, denifido como o segmento dedicado às restaurações temporárias ou definitivas;
- IV - Periodontia, que se destina ao tratamento das gengivas, como a raspagem supragengival, a raspagem subgengival e o polimento;
- V - Endodontia, que compreende o tratamento e o retratamento de canais dentários.
- VI - Exodontia, que trata das extrações dentárias; e
- VII - Urgências, entendidas como sendo os casos clínicos agudos e os casos cirúrgicos ou traumatológicos agudos.

SUBSEÇÃO III

Da Assistência Farmacêutica

Art. 83 - A Assistência Farmacêutica consistirá na cobertura das despesas com medicamentos utilizados durante tratamento hospitalar ou ambulatorial, inclusive nas urgências a nível de Pronto Socorro, respeitadas as limitações específicas estabelecidas no Regulamento.



TÍTULO V

Das Fontes de Receita

Art. 84 - Constituem receita do Instituto:

- a) a contribuição mensal dos segurados ativos, inativos e pensionistas a ser descontada compulsoriamente da sua remuneração mensal, denominada Contribuição-de-Previdência;
- b) a contribuição mensal do Município, de suas Autarquias e Fundações com a denominação de quota de Seguridade Social;
- c) contribuições complementares, suplementares ou extraordinárias que vierem a ser instituídas;
- d) rendas resultantes da aplicação de reservas;
- e) doações, legados e quaisquer outras rendas destinadas ao Instituto;
- f) reversão de quaisquer quantias em virtude de prescrição;
- g) multas, juros de mora e atualização monetária;
- h) emolumentos, taxas, tarifas, contribuições, percentagens e outras quantias devidas em consequência da prestação de serviços na forma do Regulamento;
- i) produto de inversões em propriedades imobiliárias em geral;
- j) prêmios e comissões resultantes de operações com seguros e pecúlios;
- l) donativos particulares;
- m) recursos adicionais pelo Município, fixados em orçamento;
- n) recursos provenientes de órgãos



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

o) receitas eventuais.

TÍTULO VI

Dos Fundos de Previdência e Assistência à Saúde

CAPÍTULO I

Do Fundo de Previdência

Art. 85 - Os benefícios concedidos e a conceder nos termos desta Lei, assim como os reajustes, serão garantidos pelo Fundo de Previdência constituído pelas receitas elencadas no artigo 84, deduzidas aquelas destinadas ao Fundo de Assistência à Saúde, adotando-se o regime financeiro-atuarial de capitalização para os benefícios da pensão por morte, auxílio-funeral e aposentadoria.

Parágrafo 1o. - Para cada benefício iniciado ou prometido, o capital de cobertura ou reserva, é o valor atual atuarialmente calculado, capaz e suficiente de, por si só, prover os recursos financeiros até a extinção deste.

Parágrafo 2o. - O Fundo de Previdência é representado pelo conjunto desses capitais.

Parágrafo 3o. - A parcela do Fundo de Previdência relativa aos tempos de serviço anteriores à filiação dos segurados à entidade, deverá ser suprida mediante aporte de recursos a cargo do Município, que poderá ser efetivado à vista ou parceladamente, resguardado o equilíbrio atuarial do Sistema.

Art. 86 - A qualquer tempo, a contrapartida contábil do Fundo de Previdência será o patrimônio do Instituto, sendo a diferença credora ou devedora representada pela conta do Déficit Técnico ou Superávit Técnico, respectivamente, a ser apurada atuarialmente no final de cada exercício.

Parágrafo Único - O Município através de dotação própria consignada no orçamento da Administração Centralizada, promoverá, sempre que necessário, a composição do Fundo de Previdência, a fim de que não sejam prejudicadas as operações sob responsabilidade do Instituto.

Art. 87 - A aplicação financeira do Fundo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Previdência deverá obedecer a critérios técnicos e será promovida através de instituições habilitadas, vinculadas ou não ao poder público, na forma do Regulamento.

Art. 88 - Em hipótese alguma os benefícios concedidos ou a conceder sofrerão redução em decorrência de Déficit Técnico apurado.

CAPÍTULO II

Do Fundo de Assistência à Saúde

Art. 89 - O Fundo de Assistência à Saúde será constituído das seguintes fontes de receita:

- a) parcelas das contribuições dos segurados e do Município, referidas nas letras "a" e "b" do artigo 84, destinadas à assistência à saúde;
- b) emolumentos, taxas e tarifas devidos em decorrência de prestação dos serviços de Assistência à Saúde;
- c) 20% (vinte por cento) da renda patrimonial líquida;
- d) auxílios e subvenções que venham a ser destinados para esse fim;
- e) outros recursos eventuais.

TÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 90 - O Instituto não responde por pagamento indevido resultante de erro ou omissão nas declarações dos segurados ou dos beneficiários.

Art. 91 - O recolhimento de contribuições indevidas não produz direito aos benefícios de que trata esta Lei, mas serão restituídos, com juros de 6% (seis por cento) ao ano e atualização monetária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 92 - O Instituto poderá resolver administrativamente casos de pedidos de habilitação, quando ocorrerem questões ligadas à falta de designação expressa de beneficiários, salvo hipótese de alta indagação, quando remeterá os interessados às vias judiciais.

Art. 93 - Nas folhas de pagamento do pessoal do Município serão lançados, compulsoriamente, além das contribuições devidas ao Instituto, as consignações e outras responsabilidades do servidor para com a Autarquia.

Parágrafo 1º. - O Instituto, através de servidor para tanto credenciado, manterá, com os órgãos competentes da Administração Centralizada, Autarquias e Fundações do Município, intercâmbio de informações e fará os ajustes necessários para que os seus créditos sejam corretamente lançados em folha de pagamento e repassados nos prazos legais.

Parágrafo 2º. - As contribuições devidas por segurados que não percebiam remuneração de qualquer natureza, paga pelo Município, em razão de afastamento legal, ficam sujeitas ao recolhimento mensal direto aos cofres do Instituto enquanto perdurar essa situação.

Art. 94 - Os órgãos do Município, Fundações e Autarquias que procedam pagamento de vencimentos ou proventos de seus funcionários ou inativos, depositarão em conta vinculada, à disposição do Instituto, o total de descontos realizados nas folhas de pagamento até o 5º. (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.

Parágrafo 1º - A autoridade administrativa ou servidor que, no exercício de suas funções, deixar de efetuar os recolhimentos devidos ao Instituto, incorrerá em falta funcional, sem prejuízo das sanções de natureza administrativa, civil ou penal cabíveis.

Parágrafo 2º - A falta do recolhimento, na época própria de contribuição ou outra importância devida à Entidade e arrecadada dos segurados, constitui crime de apropriação indébita, punível na forma da lei penal, considerando-se pessoalmente responsável o dirigente do órgão ou unidade administrativa, ou, conforme o caso, a autoridade ou dirigente superior investido de poderes para o ordenamento ou gestão correspondente.

Parágrafo 3º - A falta de recolhimento, na época própria, de contribuição ou outra importância a cargo do Município, suas Autarquias e Fundações, à Entidade, constitui crime de responsabilidade, punível na forma da lei, considerando-se pessoalmente responsável o dirigente do órgão ou unidade administrativa, ou, conforme o caso, a autoridade ou dirigente superior investido de poderes para o ordenamento ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

gestão correspondente.

Art. 95 - As contribuições do Município, previstas na letra "b" do artigo 84, serão recolhidas mensalmente e no prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 96 - Quaisquer quantias devidas ao Instituto e não recolhidas ou não pagas nos prazos legais, ficam sujeitas a juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano e atualização monetária.

Parágrafo único - A cobrança judicial de crédito do Instituto far-se-á em consonância com as disposições da Lei Federal nº 6830 de 22 de setembro de 1980.

Art. 97 - A administração do IPASEM manterá assessoria atuarial em caráter permanente, e auditoria contábil periódica, ambas de natureza independente e externa.

Art. 98 - A cobrança judicial de importância devida pelo Instituto será feita em conformidade com os artigos 730 e 731 do Código de Processo Civil.

Art. 99 - O patrimônio do Instituto é de sua exclusiva propriedade e em caso algum terá aplicação diferente da exigida pelas suas finalidades previdenciárias e assistenciais, sendo nulos de pleno direito os atos praticados em contrário, ficando seus responsáveis sujeitos as penalidades cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade de natureza civil ou criminal em que venham a incorrer.

Parágrafo único - Para atender o disposto neste artigo, a contabilidade evidenciará, especialmente, as posições das provisões técnicas destinadas às garantias das operações do IPASEM.

Art. 100 - A fim de manter-se a rentabilidade mínima dos investimentos do Instituto, poderão ser alienados bens imóveis ou móveis duráveis que não estejam sendo utilizados por seus serviços, quando não produzam rendas compatíveis, dentro do prazo razoável, com base no valor atual destes, precedida a providência dos indispensáveis estudos técnicos, de pronunciamento do Conselho Deliberativo e da aprovação do Prefeito Municipal.

Parágrafo único - A alienação será precedida de licitação pública, constando do Edital, obrigatoriamente, ressalva de que o Instituto se reserva o direito de recusar as propostas quando o preço ofertado não alcançar o mínimo fixado, quando as condições oferecidas não se ajustarem aos demais termos do edital ou quando motivos supervenientes, ocorrerem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

dos após o lançamento do Edital, devidamente justificados, desaconselharem a realização do negócio.

Art. 101 - Para os efeitos das prestações e de mais benefícios previdenciários previstos nesta Lei, e assegurada a contagem recíprica do tempo de contribuição ou do tempo de serviço em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social Federal, assim como do tempo de serviço público prestado aos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, deste e demais Municípios, hipótese em que os diferentes regimes de previdência social se compensarão financeiramente.

Parágrafo 1º - Para os fins e efeitos preconizados pelo Parágrafo 3º, do artigo 85 desta Lei, a compensação financeira será feita ao regime ao que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício, pelos demais, em relação aos respectivos tempos de contribuição ou de serviço.

Parágrafo 2º - Por força da presente Lei, o segurado terá direito de computar, para fins de concessão das suas prestações e demais benefícios previdenciários, o tempo de contribuição ou de serviço em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social Federal, bem como o tempo de serviço público prestado em todas as esferas da Federação.

Parágrafo 3º - O tempo de contribuição ou de serviço de que trata este artigo, será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um regime, o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria ou pensão pelo outro.

Parágrafo 4º - Aplicam-se, supletivamente, no que couber, as disposições pertinentes enunciadas pelos artigos 94 e seguintes da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e pelos artigos 198 e seguintes, do Decreto Federal nº 611, de 21 de julho de 1992, para os fins e efeitos da contagem recíproca do tempo de contribuição ou de serviço, e da respectiva compensação financeira, em face a diferentes regimes de previdência social.

Art. 102 - O Instituto não poderá prestar a seus próprios servidores nenhum benefício ou serviço que não proporcione, em iguais condições, aos demais segurados, vedado também o estabelecimento de qualquer preferência em favor daqueles frente a estes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 103 - O Quadro de Pessoal do Instituto de verá ser organizado mediante Lei de Classificação de Cargos e Funções, vedada a atribuição de salários e vantagens superiores aos níveis equivalentes atribuídos ao pessoal estatutário da Administração Centralizada do Município.

Parágrafo único - Esse Quadro de Pessoal poderá ser constituído de funcionários efetivos estatutários do Município, cedidos sem ônus para o Instituto, segundo as suas necessidades de organização, dentre aqueles indicados pela entidade.

Art. 104 - Sob pena de nulidade de pleno direito do respectivo ato e de responsabilidade da autoridade administrativa que o praticar, a admissão de pessoal no Instituto far-se-á exclusivamente mediante concurso público, exceto para os cargos e funções de confiança, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único - Para todos os fins e efeitos, os cargos de Conselheiros e Diretores do Instituto são declarados de livre nomeação e exoneração, definidos assim como cargos em comissão.

Art. 105 - Sem dotação orçamentária própria não se efetuará despesa alguma, nem se fará qualquer operação patrimonial, sob pena de responsabilidade de quem autorizou a despesa ou concorreu para a infração, além da anulação do ato, se houver prejuízo para o Instituto, salvo quando as despesas forem decorrentes de benefícios ou de decisão judicial ou imposição legal.

Parágrafo único - As dotações orçamentárias, na conformidade da lei respectiva, anualmente previstas, considerarão de forma individualizada os meios destinados ao Fundo de Previdência e ao Fundo de Assistência vedada suplementação, remanejamento e movimentação de um para outro.

Art. 106 - O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado ou beneficiário, através da rede bancária, salvo casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do segurado ou beneficiário, quando se admitirá procurador, mediante autorização expressa da Instituição que se reserva o direito de negá-la, justificadamente, quando reputar indevida essa representação.

Parágrafo 1º - A impressão digital do segurado ou beneficiário incapaz de assinar, desde que aposta na presença do funcionário do Instituto, será reconhecida como assinatura, para efeitos de quitação dos recibos de benefícios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parágrafo 2º - As procurações, para os fins acima, deverão ser renovadas a cada 3 (três) meses, e sempre outorgadas através de instrumento público.

Art. 107 - Os serviços do Instituto deverão ser organizados e executados em base de rigorosa economia, com permanente racionalização administrativa e minimização dos custos operacionais, de tal forma a preservar, permanentemente e no mais alto grau, os fins sociais da Instituição.

Art. 108 - A administração do IPASEM definirá as prioridades do Sistema Básico de Assistência à Saúde, bem como estabelecerá seu respectivo cronograma de implantação e normas operacionais.

Art. 109 - A prestação e locação de serviços em geral por parte de profissionais e entidades que mantenham convênio ou contrato com o Instituto não determina, entre este e aqueles, a formação de qualquer vínculo empregatício ou funcional.

Art. 110 - Ao Instituto ficam assegurados todos os direitos, regalias, isenções e privilégios de que goza a Fazenda Municipal.

Art. 111 - Para que ocorram as prestações previdenciárias e assistenciais, os segurados contribuirão mensalmente ao Instituto com valores correspondentes às seguintes percentagens do salário-de-contribuição, definido no artigo 35 desta Lei, descontados compulsoriamente em folha de pagamento:

- I - Funcionários Ativos ... : 10% (dez por cento);
- II - Funcionários Inativos . : 10% (dez por cento);
- III - Pensionistas : 10% (dez por cento);
- IV - Segurados Facultativos. : 6,5% (seis vírgula cinco por cento).

Parágrafo 1º - Caberá ao Município, suas autarquias e fundações, como obrigação patronal, em obediência ao disposto no Parágrafo 1º do artigo 253 da Lei Municipal nº 181/91 de 20/12/91, recolher mensalmente ao Instituto os valores correspondentes aos seguintes percentuais do mencionado salário:

- I - Funcionários Ativos .. : 23,42% (vinte e três vírgula quarenta e dois por cento);
- II - Funcionários Inativos .. : 23,42% (vinte e três vírgula quarenta e dois por cento);



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- III - Pensionistas: 23,42% (vinte e três vírgula quarenta e dois por cento);
IV - Segurados Facultativos.: 3,5% (três vírgula cinco por cento).

Parágrafo 2º - Os valores mencionados neste artigo serão repassados ao Instituto até o quinto dia útil do mês subsequente ao do desconto.

TÍTULO VIII

Disposições Finais

Art. 112 - Para os efeitos desta Lei, são criados os seguintes cargos em comissão:

- I - um cargo em comissão de Diretor de Administração - CC 1;
II - um cargo em comissão de Diretor de Previdência - CC 1;
III - um cargo de comissão de Diretor de Assistência à Saúde - CC 1;
IV - doze cargos em comissão de Conselheiro - FC 7.

Parágrafo 1º - Todos os cargos acima sujeitam-se ao regime jurídico da Lei Municipal nº 181/91, de 20 de dezembro de 1991.

Parágrafo 2º - O vencimento dos cargos acima criados é fixado em:

Coeficiente

I - CC 1	-	10 VRV
II - FC 7	-	0,92 VRV

Art. 113 - Enquanto não for estabelecida a estrutura prevista no parágrafo único do art. 3º, o Instituto funcionará com estrutura provisória sob forma de Comissão de Instalação do IPASEM, cujos membros serão designados pelo Prefeito do Município, sendo 50% (cinquenta por cento) destes indicados pelo Grêmio Sindicato dos Funcionários Municipais.

Parágrafo Único - Caberá a Comissão de Instalação referida neste artigo, coordenar a elaboração do Anteprojeto do Decreto Regulamentador desta lei.

Art. 114 - A primeira investidura dos membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva terá com-



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

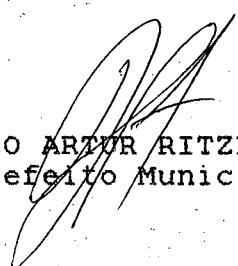
posição preconizada no parágrafo 1º do artigo 4º e artigo 7º, respectivamente, devendo ser procedida 30 (trinta) dias após a aprovação desta Lei.

Art. 115 - As despesas decorrentes da instalação do Instituto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 116 - A presente Lei será regulamentada por decreto executivo dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

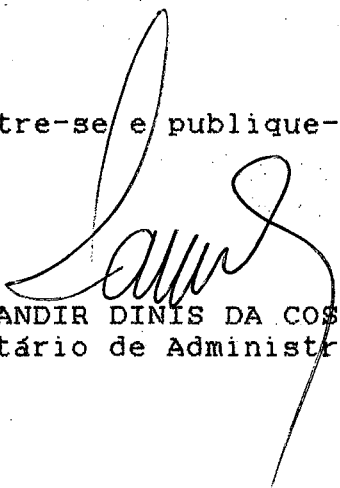
Art. 117 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos vinte e quatro (24) dias do mês de dezembro do ano de 1992.



PAULO ARTUR RITZEL
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



JURANDIR DINIS DA COSTA
Secretário de Administração